



# Plano de crise nos EUA sob fortes críticas

**Injeção** de 700 mil milhões sem que haja garantias para contribuintes gera receio. Dentro e fora do Congresso

JOÃO PAULO MADEIRA\*  
economia@jn.pt

**As vozes contra o plano de 700 mil milhões de dólares para compra de activos "tóxicos" dos bancos suscita reservas. Os críticos entendem que os interesses do Estado e dos contribuintes deveriam ser mais acautelados.**

Ontem, o presidente da Reserva Federal norte-americana, Ben Bernanke, que apoia o plano delineado pelo secretário de Estado do Tesouro, Henry Paulson, foi novamente ao Congresso defender a intervenção. Com argumentos drásticos, bipolarizou a questão: sem plano, a crise piorará. Bernanke aludiu ao "stress extraordinário" a que os mercados estão sujeitos, ameaçando a já fraca economia dos Estados Unidos.

O plano de Paulson consiste em gastar 700 mil milhões de dólares do erário público numa operação de "limpeza" dos balanços dos bancos. O Estado compraria activos "tóxicos", como os produtos derivados do "sub-prime", de forma a normalizar o mercado.

A medida está a enfrentar resistência. O senador democrata Char-



## Pontos quentes

### 1. FBI investiga fraudes

O FBI está a investigar possíveis fraudes na Freddie Mac, Fannie Mae, Lehman Brothers e AIG.

### 2. Buffett entra em jogo

Warren Buffett, conhecido investidor a nível mundial, defensor do plano de Paulson, vai investir cinco mil milhões de dólares na Goldman Sachs.

### 3. IDE deve cair 10%

As Nações Unidas divulgaram ontem um relatório que aponta para uma quebra de 10% no Investimento Directo Estrangeiro a nível mundial, este ano.

### 4. Euribor bate recordes

A Euribor a seis meses atingiu ontem 5,276%, batendo o máximo histórico pela terceira vez esta semana.

les Schumer referiu, citado pela Reuters, que os democratas estão "empenhados" em encontrar uma medida de emergência, mas que não aprovariam o plano de Paulson sem alterações, sobretudo sem garantir mais protecção aos contribuintes.

Já Peter Orszag, do Gabinete de Orçamento do Congresso, disse ontem ser impossível estimar quanto custará o plano. "O secretário de Estado teria a autoridade para comprar virtualmente qualquer activo, a qualquer preço. A falta de especificações quanto à forma como essa autoridade seria implementada torna impossível fazer uma análise quantitativa dos custos para o Governo Federal", referiu, ao "Financial Times".

Fora do Congresso, as críticas também se fazem ouvir. Paul Krugman, um dos economistas mais influentes no EUA, é contrário à intervenção, sustentando que "não faz sentido". Na coluna de opinião e no blogue que mantém no "New York Times", sustenta que o plano desresponsabiliza o secretário de Estado do Tesouro, impondo até uma cláusula de imunidade face a



Joaquín Almunia considera que a situação na Europa não é tão grave como nos EUA

investigações de tribunais ou agências governamentais. O economista argumenta ainda que, se o Estado vai entrar com dinheiro, deve passar a deter parte do capital das empresas.

O investigador em ciências contabilísticas António Lopes de Sá, em Portugal para participar numa conferência da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, manifestou ao JN reservas face à intervenção desenhada. "As vítimas da crise não são só os bancos, são todos o que sustentaram e ainda sustentam os bancos. Uma assistência dirigida apenas às instituições finan-

ceiras tem um efeito unilateral num caso que exige bilateralidade", afirma o docente universitário luso-brasileiro.

Lopes de Sá frisa que os bancos só devem ser socorridos "sob determinadas condições". "Não se pode simplesmente ajudar", diz, classificando tal intervenção como "uma maneira simplória de resolver a questão". Uma solução semelhante à que foi tomada nas empresas Freddie Mac e Fannie Mae, que foram nacionalizadas, seria mais adequada. "Para não alimentar a irresponsabilidade", explica.

\* com AGÊNCIAS